

Emendas 60 a 118

Baseadas nas sugestões de alterações enviadas pelo Conselheiro Olavo Reino Francisco

Emenda 60

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Estadual de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental de São Paulo – SEAP-SP, como instrumento integrador, regulador e promotor das ações do Poder Público e da coletividade visando assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado por meio da valorização, gestão, proteção e recuperação dos espaços territoriais especialmente protegidos, localizados no território paulista e suas águas jurisdicionais, legalmente instituídos pelo Estado.

Emenda 61

Art. 2º

I – integrar, organizar, catalogar e disponibilizar informações das Unidades de Conservação e demais áreas protegidas;

Emenda 62

Art. 2º

II - construir base de conhecimento ambiental territorial do Estado de São Paulo, para fundamentar, planejar e implementar políticas públicas no âmbito das unidades de conservação e demais áreas protegidas;

Emenda 63

Art. 2º

~~III – coordenar o funcionamento das áreas protegidas e estabelecer diretrizes para o monitoramento da utilização dos recursos naturais protegidos nestas áreas;~~

Emenda 64

Art. 2º

IV - garantir a conservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos em todo o território estadual e nas águas jurisdicionais.

— - promover a conservação e a restauração de ecossistemas;

Emenda 65

Art. 2º

V - assegurar que no conjunto das Unidades de Conservação estejam representadas amostras significativas das diferentes populações, ecossistemas e biomas do território paulista e suas águas jurisdicionais, salvaguardando os serviços ecossistêmicos para o bem-estar humano.

Emenda 66

Art. 2º

VI - promover o desenvolvimento sustentável das comunidades e populações situadas no entorno e nas unidades de conservação, aplicando princípios e práticas de conservação da natureza no processo de crescimento socioeconômico regional e

valorizando econômica e socialmente a diversidade biológica com vistas a aumentar também o índice de desenvolvimento humano da região;

Emenda 67

Art. 2º

IX - incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e [contribuírem com a administração e conservação das Unidades de Conservação, seus entornos e demais Áreas Protegidas, considerando as condições e as necessidades das populações locais.](#)

Emenda 68

Art. 2º

X - estimular a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável de recursos [naturais](#) em terras de propriedade pública ou privada;

Emenda 69

Art. 2º

XI - buscar [que](#) sejam respeitados, preservados e mantidos o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica;

Emenda 70

Art. 2º

XIV - buscar parcerias que venham a contribuir na busca pela compatibilização da proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável da região nas quais estão inseridas as Unidades de Conservação, [incentivando e garantindo a participação das organizações locais;](#)

Emenda 71

Art. 2º

XVIII - assegurar que o processo de criação e gestão das Unidades de Conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração [dos territórios](#) e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

Emenda 72

Art. 2º

[XXI - apoiar a recuperação ou a restauração de ecossistemas;](#)

Emenda 73

Art. 2º

XXV - buscar a proteção, de forma integrada e sempre que se mostrar conveniente e oportuna, de grandes áreas protegidas de diferentes categorias, próximas, justapostas ou contíguas, integrando as diferentes atividades de [conservação](#) da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e a restauração e recuperação dos ecossistemas nelas contidos

Emenda 74

Art. 2º

[XXVII - contribuir com a conservação genética in situ e ex situ de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.](#)

Emenda 75

Art. 2º

XXVIII - promover os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão de políticas relativas às unidades de conservação.

Emenda 76

Art. 3º

III - Órgãos executores:

- a) Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, com atribuição de propor a criação, implantar e gerir as unidades de conservação, bem como de executar políticas e diretrizes estabelecidas no âmbito do SIGAP;
- b) Demais órgãos e entidades públicos, com atribuição de propor a criação, implantar e gerir as demais áreas protegidas, bem como de executar políticas e diretrizes estabelecidas no âmbito do SIGAP.

Emenda 77

Art. 3º

IV – Órgãos colaboradores: órgãos integrantes do SEAQUA e ITESP.

Emenda 78

Art. 3º

V - Órgãos de fiscalização ambiental: Polícia Militar Ambiental, CETESB, Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, com atribuição de fiscalizar as unidades de conservação, suas zonas de amortecimento e demais áreas protegidas integrantes do SIGAP.

Emenda 79

Art.4º

II - Outras áreas protegidas, como tais definidas em legislação específica:

Emenda 80

Art. 4º, II

g) Monumento Geológico: elementos da geodiversidade que apresentem alto valor científico, cultural, educacional ou turístico que necessitam de proteção especial;

Emenda 81

Art. 4º, II

h) Área de Proteção e Recuperação de Mananciais: área definida formada por uma ou mais bacias de drenagem a ser protegidas por legislação especial, visando à garantia da qualidade das águas destinadas ao abastecimento público, tendo entre seus objetivos a compatibilização das ações de preservação dos mananciais de abastecimento e as ações de proteção ao meio ambiente com o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento econômico;

Emenda 82

Art. 4º, II

i) Parque Ecológico: áreas de uso público com relevantes funções ecossistêmicas, múltiplos aspectos cuja estrutura e dinâmica explicitam conceitos relacionados à conservação e à recuperação ambientais, geralmente situada próxima à área urbana, funcionando também como centro cultural, de educação ambiental e de lazer voltado para natureza.

Emenda 83

Art.4º

III - Áreas de interesse ambiental:

Emenda 84

Art. 4º, III

~~b) Monumento Geológico: elementos da geodiversidade que apresentem alto valor científico, cultural, educacional ou turístico que necessitam de proteção especial;~~

Emenda 85

Art. 10 - A Reserva Particular do Patrimônio Natural poderá se sobrepor à área de Reserva Legal do imóvel, devendo, neste caso, prevalecer os usos e restrições pertinentes a esta categoria de unidade de conservação.

Emenda 86

Art. 11

I - comprovação de dominialidade, representada por certidão, **no mínimo, vintenária** atualizada do registro do imóvel, emitido pelo serviço de Registro de Imóveis competente, acompanhada de certidão negativa de ônus reais, ou, se for o caso, da anuência dos credores para a instituição da Reserva Particular do Patrimônio Natural;

Emenda 87

Art. 13 - Não será criada Reserva Particular do Patrimônio Natural em áreas **com alvará de concessão de lavra minerária em vigor**, ou onde já incida decreto de utilidade pública ou de interesse social incompatível com os seus objetivos.

Emenda 88

Art. 14 - Toda Reserva Particular do Patrimônio Natural deverá dispor de Plano de Manejo elaborado pelo proprietário da área, no prazo de **36 (trinta e seis)** meses da assinatura do Termo de Compromisso.

Emenda 89

Art. 17

§ 2º - Verificada, no monitoramento, alteração negativa da área protegida por ação ou omissão nociva do responsável legal pela Reserva Particular do Patrimônio Natural, este será notificado a sanar a irregularidade e reparar danos causados, com orientação da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, **sem prejuízo** de instauração de procedimentos para apuração de responsabilidades.

Emenda 90

Art. 25

I - constatação, por meio de estudos técnicos, da existência de atributos **socioambientais** que justifiquem a instituição de garantias adequadas de proteção à área, com identificação da localização, dimensão, limites e **indicação da categoria** para a unidade;

Emenda 91

Art. 25

II - realização de consulta pública, **conforme deliberação CONSEMA**, em um ou mais municípios e povoados a ser abrangidos pelo território da unidade de conservação, contando com o fornecimento, por parte do poder público, das informações à população local e a outras partes interessadas, de forma adequada e inteligível, ressalvados os casos excepcionados por lei;

Emenda 92

~~Art. 26 - No prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato a que se refere o inciso III, do art. 12, os interessados poderão impugnar a criação da Unidade de Conservação.~~

~~§ 1º - A impugnação deverá ser apresentada à Secretaria do Meio Ambiente, fundamentada em justificativa técnica que demonstre incorreções ou vícios no procedimento de criação da unidade.~~

~~§ 2º - A impugnação será encaminhada ao órgão gestor proponente da criação da unidade, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar manifestação.~~

~~§ 3º - A apreciação final da impugnação caberá ao Secretário do Meio Ambiente, que poderá solicitar correções e complementações ou encaminhar o processo de criação da unidade ao CONSEMA.~~

Emenda 93

Art. 27 - Concluídos os procedimentos preparatórios a que se refere o **art. 25**, a criação de Unidade de Conservação estadual será submetida a ato do Governador ou da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Emenda 94

Art. 28 - A ampliação dos limites de uma Unidade de Conservação existente, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os **procedimentos estabelecidos no art. 25**, deste decreto.

Emenda 95

Art. 29 - A desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação estadual só pode ser feita mediante lei específica e desde que ao menos uma área **de dimensão igual ou maior**, e com o mesmo valor ambiental daquela desafetada ou reduzida, seja utilizada para criação ou ampliação de uma Unidade de Conservação da mesma categoria da unidade, **ou mais restritiva**, cujos limites foram alterados.

Emenda 96

Art. 29

§2º - Considera-se **mesmo valor ambiental** para fins de interpretação deste artigo, a coincidência de estágio da fitofisionomia em análise nos termos da Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e da Lei 13.550/2009 (Lei do Cerrado), conforme o bioma específico.

Emenda 97

Art. 32 - As áreas que compõem a zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação deverão ser objeto de políticas públicas de estímulos financeiros, com vistas à efetiva proteção **do entorno** da unidade de conservação.

Emenda 98

Art. 35

~~Parágrafo único. Na ausência de mosaico, o corredor ecológico, identificado em plano de manejo, que interliga Unidades de Conservação terá o mesmo tratamento da sua zona de amortecimento.~~

Emenda 99

Art. 36

§ 2º - O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, descrevendo-os, incluindo **normas, restrições** e medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Emenda 100

Art. 38 (Inclusão de inciso renumerando os demais)

II - Elaboração de Oficinas Participativas com os atores sociais relacionados com a Unidade de Conservação;

Emenda 101

Art. 38 (Inclusão de inciso renumerando os demais)

III – Manifestação do Conselho da Unidade de Conservação;

Emenda 102

Art. 38

§ 1º - No caso de Área de Proteção Ambiental, quando o zoneamento e normatização da Unidade de Conservação for estabelecida no plano de manejo, este deverá ser aprovado por meio de Decreto, cuja proposta deve ser encaminhada ao CONSEMA pelo **órgão gestor da unidade, após a manifestação do Conselho da UC.**

Emenda 103

Art. 40 - Cada uma das Unidades de Conservação estaduais, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, contará com um conselho nos termos estabelecidos pela legislação específica, instituído por resolução do Secretário do Meio Ambiente **ou portaria do órgão gestor.**

Emenda 104

Art. 41

I - valorização, manutenção, [proteção](#) e conservação da unidade de conservação e seus [atributos naturais](#);

Emenda 105

Art. 41

II - otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas nas [Unidades de Conservação de Uso Sustentável](#) e nas [Zonas de Amortecimento](#);

Emenda 106

Art. 41

III - busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis nas [Unidades de Conservação de Uso Sustentável](#) e nas [Zonas de Amortecimento](#);

Emenda 107

Art. 41

VII – Caberá aos conselheiros apresentar moções e requerimentos a serem apreciados e votados pelo presente Conselho.

Emenda 108

Art. 43 - O CONSEMA, por meio de deliberação normativa, deverá estabelecer, no prazo de 60 (sessenta) dias, [as atribuições diretrizes para](#) a composição e as regras de funcionamento dos conselhos de unidades de conservação e dos conselhos consultivos de mosaicos, respeitada a legislação específica.

Emenda 109

Seção VI – Dos Gestores de Unidades de Conservação Estaduais

Substituição do art. 44 pelos seguintes artigos.

~~Art. 44 – Os gestores de Unidades de Conservação estaduais deverão apresentar o Plano de Metas Anual da Unidade de Conservação, que será submetido à aprovação pelo Conselho da Unidade, até o dia 30 de outubro de cada ano, no qual deve haver a especificação das ações a serem desenvolvidas no ano subsequente, inclusive com previsão do orçamento envolvido.~~

~~§ 1º – Após a apreciação e deliberação pelo Conselho da Unidade, o Plano de Metas deve ser encaminhado ao CONSEMA para ciência.~~

~~§ 2º – Ao final de cada exercício, o gestor deverá apresentar a prestação de contas ao Conselho da Unidade sobre as ações desenvolvidas e os valores gastos, justificando-se formalmente na hipótese de não cumprimento das metas.~~

~~§ 3º – Com base na prestação de contas do Plano de Metas anual, o Conselho da unidade poderá propor a substituição do gestor da Unidade de Conservação.~~

Art. 44 - Compete ao Gestor de Unidade de Conservação estadual, designado pelo dirigente do órgão gestor da Unidade de Conservação, o desempenho das seguintes atribuições:

I – executar e estabelecer práticas e rotinas administrativas da unidade de conservação;

II – implantar o Plano de Manejo;

III - acompanhar e coordenar junto ao corpo técnico do órgão gestor a elaboração do Plano de Manejo;

IV - contribuir para a publicidade e divulgação do Plano de Manejo;
V – planejar, coordenar e executar ações de conservação e proteção na unidade de conservação e apoiar ações na sua zona de amortecimento;
VI – desempenhar ações de fiscalização, mediante o exercício do poder de polícia, de maneira subsidiária e supletiva à ação das autoridades policiais;
VII - manifestar-se no âmbito do processo de licenciamento quando demandado pelo órgão gestor, por meio de parecer técnico, mediante consulta ao Conselho da Unidade;
VIII - promover e viabilizar ações integradas e regionalizadas de fomento ao uso público dos espaços protegidos, como estratégia de conservação da natureza;
IX - representar o órgão gestor no Conselho da Unidade de Conservação e em outros fóruns, bem como em audiências públicas, quando designado;
X – promover ações e medidas visando ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental na Unidade de Conservação;
XI – acompanhar a execução dos recursos provenientes de compensação ambiental;
XII - presidir o Conselho Consultivo ou o Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação.

Art. 45 - São requisitos para a nomeação como gestor de unidade de conservação em cargo comissionado, ter formação de nível superior e experiência comprovada na área ambiental.

§ 1º – O órgão gestor manterá um banco de currículos de quaisquer interessados aos cargos, a partir do qual o dirigente da instituição definirá o Gestor da Unidade.

§ 2º - Os gestores devem, anualmente, participar de programa de treinamento, reciclagem e capacitação em gestão pública e gestão ambiental a ser ministrado no âmbito do SEAQUA, nos moldes definidos em regulamento específico, sendo a participação requisito para a manutenção na função.

§ 3º - A Secretaria do Meio Ambiente, em um prazo máximo de 2 anos, apresentará proposta para a criação da carreira de gestor de Unidade de Conservação, e quadro mínimo de profissionais para a gestão de cada Unidade de Conservação, em acordo com os respectivos órgãos gestores.

Art. 46 - O Gestor deverá elaborar Relatório da Gestão e Plano de Ação Anuais da Unidade de Conservação, com previsão do orçamento, que será submetido à apreciação do Conselho da Unidade.

§ 1º - Ao final de cada exercício, o Gestor deverá apresentar a prestação de contas ao Conselho da Unidade sobre as ações desenvolvidas e os valores gastos.

Art. 47 – O Órgão Gestor das Unidades de Conservação deverá, a cada 02 anos, apresentar Relatório de Gestão ao CONSEMA.

Emenda 110

Art. 46 - Os órgãos responsáveis pelas atividades de fiscalização deverão implantar um Plano de Fiscalização Integrada, em conformidade com os Programas de Proteção dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, e que contemple:

Emenda 111

Incluir novo Capítulo antes das Disposições Finais

CAPÍTULO VI – Dos mecanismos financeiros de apoio à gestão das Unidades de Conservação estaduais

Art. Sem prejuízo dos recursos orçamentários correntes destinados à gestão das UCs estaduais, o governo estadual buscará ampliar as fontes de receita para a complementação da manutenção das UCs, implementando, entre outros, os seguintes mecanismos:

I – cobrança pelo uso da água produzida nas Unidades de Conservação;

II – pagamentos por serviços ambientais;

III – cobrança de taxas pela instalação e manutenção de equipamentos de difusão/comunicação.

Parágrafo único - O governo do Estado elaborará estudo, no prazo máximo de 2 anos, visando ao estabelecimento de mecanismos para a destinação de percentual de arrecadação de recursos provenientes de rodovias pedagiadas que atravessem Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Emenda 112

Art. 49 A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia ~~e infraestrutura urbana em geral~~, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

Emenda 113

Inclusão de artigo após o atual 54, renumerando os demais artigos.

Art. 55 – Os empreendedores e concessionários responsáveis por abertura e\ou manutenção de acessos de uso exclusivo necessários aos seus empreendimentos, no interior das unidades de conservação de proteção integral, deverão manter controle diuturno desses acessos.

Emenda 114

Art. 61 - O art. 18 do Decreto nº 25.952, de 29 de setembro de 1986, passa a contar com a seguinte redação:

“Artigo 18 - A Fundação será composta das seguintes Diretorias Adjuntas, subordinadas à Diretoria Executiva:

I - Diretoria Adjunta do Litoral Norte e Mantiqueira;

II - Diretoria Adjunta do Litoral Sul e Paranapanema;

III - Diretoria Adjunta Metropolitana ~~e Interior~~;

IV – Diretoria Adjunta Interior;

V - Diretoria Adjunta Administrativa e Financeira.

Parágrafo único. O detalhamento da estrutura básica da Fundação será fixado pelo Regimento Interno.”

Emenda 115

Art. 62 - A Fundação para a Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo , nos termos da Lei nº 5.208, de 1º de julho de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 25.952, de 29 de setembro de 1986, terá as seguintes atribuições:

Emenda 116

Art. 62 (incluir inciso I renumerando os demais)

I - gerir as unidades de conservação sob sua administração;

Emenda 117

Art. 62

II - buscar a representatividade dos diversos ecossistemas, por meio do estabelecimento de novas áreas naturais protegidas ~~e novas áreas experimentais~~;

Emenda 118

Anexo II

Incluir

- 120. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA DO LITORAL NORTE
- 121. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA DO LITORAL CENTRO
- 122. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA DO LITORAL SUL.